

REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS DA ATIVIDADE ECOTURÍSTICA NO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA DA BOCA, PARAÍBA

Márcio Balbino Cavalcante

Pós-Graduação em Ciências Ambientais; Geógrafo/UEPB,
cavalcantegeo@bol.com.br

Belarmino Mariano Neto

Prof. Dr. Depto. Geo-História/UEPB
belogeo@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho monográfico teve como objetivo analisar a criação do Parque Estadual da Pedra da Boca, concentrando as atenções nas atividades desenvolvidas no Parque, em especial, as práticas ecoturísticas existentes, considerando suas implicações socioambientais; avaliar as potencialidades e as fragilidades do ambiente, bem como analisar os possíveis impactos ambientais e por último, sugerir medidas técnicas fundamentadas com o objetivo de solucionar ou minimizar a situação atual do ambiente em estudo dentro dos objetivos reais que regem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei 9.985, 2000). A pesquisa foi desenvolvida entre os meses de março de 2005 a fevereiro de 2007. Para a concretização deste estudo foram desenvolvidas as seguintes etapas: Seleção do material bibliográfico e cartográfico; Reconhecimento de campo; Coleta de dados sobre os aspectos físicos, turísticos e socioculturais do local. Os dados obtidos demonstram que a APA conta com um potencial natural notável para o turismo, em especial o ecoturismo, porém, precisa-se que ações emergenciais sejam colocadas em prática, para assim poder compatibilizar a atividade ecoturística e a preservação da natureza, ambas pautadas no desenvolvimento sustentável, respeitando os limites que a natureza impõe na sua dinâmica natural.

Palavras-chave: Ecoturismo, Unidades de Conservação e planejamento ambiental.

REFLECTIONS ON IMPACTS SOCIO-ENVIRONMENTAL OF ECOTURISM ACTIVITY IN THE PEDRA DA BOCA STATE PARK, PARAÍBA, BRAZIL

The present works had as objective analyzes the creation of the Pedra da Boca State Park, concentrating the attentions in the activities developed in the Park, especially, the practices of the ecotourism, considering their implications socio-environmental; to evaluate the potentialities and the fragilities of the atmosphere, as well as to analyze the possible environmental impacts and last, to suggest technical measures to solve or minimize the current situation of the atmosphere inside in study of the real objectives that govern the National System of Conservation Units (SNUC, Law 9.985, 2000). The research was developed among the months of March from 2005 to February of 2007. For the materialization of this study the following stages were developed: Selection of the bibliographical and cartographic material; Field recognition; collects of data on the aspects physical, tourist and sociocultural of the place. The obtained data demonstrate that APA counts with a potential natural notable for the tourism, especially the Ecotourism activity, however, she that emergencies actions is put in practice, for like this needs to can compatibilizar the activity ecoturística and the preservation of the nature, both ruled in the maintainable development, respecting the limits that the nature imposes in his/her natural dynamics.

Word-key: Ecotourism ativity, Conservation Units and environmental planning.

INTRODUÇÃO

Por ambiente entendemos que é a totalidade do planeta e os elementos que o compõem: físicos, químicos e biológicos, tanto os naturais quanto os artificiais, nos distintos níveis de sua evolução, até o homem e suas formas de organização na sociedade, onde as redes de inter-relações existentes entre estes elementos se encontram em estreita dependência e influência recíprocas. Desse modo, meio ambiente é o espaço onde se desenvolve a vida vegetal e animal, ou seja, conjunto de meios naturais ou artificiais da biosfera onde o homem se instalou, explora e administra os recursos naturais disponíveis.

Segundo Aulicino (1999, p.29) a ação do homem, entretanto, na expansão das diversas atividades econômicas que satisfazem suas necessidades, cada vez mais crescentes e variadas, levam-no, muitas vezes, a transformar irracionalmente o meio ambiente, tornando mais complexas e custosas as possibilidades de estruturação do equilíbrio ecológico.

Diante desta situação, desde meados do século XIX, a criação de áreas protegidas vem se constituindo numa das principais estratégias para a conservação da natureza e isto se explica, por um lado, pela degradação ambiental crescente, especialmente devido aos impactos da expansão urbano-industrial e pela devastação das florestas e, por outro, é que neste período a qualidade do ambiente começa a constituir elemento de destaque do produto turístico, e a natureza e seus componentes tornam-se pretextos para a descoberta, a educação e o espírito de aventura, dando origem a um novo mercado (LIMA, 2003, p.70).

Assim, as atividades turísticas, em especial, o ecoturismo passa a ser desenvolvido nessas áreas possibilitando aos visitantes a oportunidade de apreciar o meio natural, tido como novo, “exótico”, e como “paisagem intocada”.

Diante desta realidade, o Estado da Paraíba, como em todo o Brasil, possuidor de lugares onde a natureza se mostra generosa e abundante e com singular exuberância, busca a partir da criação das Unidades de Conservação, criar espaços protegidos voltados para a preservação da natureza e para a prática do ecoturismo, onde este possa se desenvolver, valorizando as potencialidades naturais e culturais, gerando emprego e renda. Entre estas UC's paraibanas, está o Parque Estadual da Pedra da Boca, criado pelo decreto governamental Nº 20.889 de 07 de fevereiro de 2000, localizado na porção norte do município de Araruna – PB. Sua área está inserida no bioma Caatinga, onde as configurações geológica-geomorfológicas são ímpares e são atrativos para os estudiosos, turistas e visitantes amantes da natureza e dos esportes radicais.

O presente trabalho teve objetivo analisar a criação do Parque Estadual da Pedra da Boca, concentrando as atenções nas atividades desenvolvidas no Parque, em especial, as práticas ecoturísticas existentes, considerando suas implicações socioambientais; avaliar as potencialidades e as fragilidades do ambiente, bem como analisar os possíveis impactos ambientais e por último, sugerir medidas técnicas fundamentadas com o objetivo de solucionar ou minimizar a situação atual do ambiente em estudo dentro dos objetivos reais que regem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A pesquisa foi desenvolvida entre os meses de março de 2005 a fevereiro de 2007.

As Unidades de Conservação no Brasil - Perspectiva Histórica

A preocupação com a conservação ambiental e com a criação de áreas naturais protegidas, no caso do Brasil, só acontece tardiamente. Embora desde o final do século passado algumas personalidades preocupadas com a questão florestal viessem propondo a criação de parques nacionais, porém, somente com a instituição do Código Florestal, em 1934, é que se abriu perspectivas objetivas para o surgimento de unidades de conservação mais abrangentes do que as antigas reservas e hortos florestais (SERRANO, 1997, p.108). Posteriormente, a Constituição de 1937 reafirma a legitimidade dos parques nacionais e no mesmo ano, é criado o Parque Nacional de Itatiaia (RJ), tornando-se a primeira área protegida do Brasil. Por sucessivas décadas, a expansão do número de parques e reservas foi bastante lenta. Apenas no final da década de 70 são colocadas em discussão as áreas prioritárias para a conservação da natureza legalmente protegidas. Ainda no âmbito relativo aos parques, somente em 1979, através do

Decreto 84.017, é definido o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros.

Outra evidência de descaso pode ser lida na demora na elaboração dos planos de manejo das unidades já existentes - o primeiro, o do Parque Nacional de Itatiaia, surge 40 anos após sua criação (AMARAL, 1998).

Avaliando o período em que mais foram criadas unidades de conservação (1970-1986, em pleno regime militar), Diegues (1998) efetua as seguintes observações: a criação era feita de cima para baixo; época de grande endividamento do país e onde as organizações financeiras internacionais exigiam cláusulas de conservação ambiental para grandes projetos; couberam aos órgãos federais IBDF e SEMA comprometidos com o desmatamento e com o reflorestamento industrial, a implantação e gestão das unidades. Em parte, este quadro explica o porquê da questão ambiental ter sido tratada dentro de uma visão conservadora e muito aquém do que se debatia no âmbito internacional na época.

Atualmente as unidades de conservação (UC's) são regulamentadas pelo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) instituído pela Lei nº 9. 985, de 18 de julho de 2000. Essa Lei estabelece critérios e normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Segundo a Lei que institui o SNUC, entende-se por unidades de conservação:

Espaços territoriais e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, de domínio público ou privado, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e de limites definidos, sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção (Art. 2º).

Cabe ao SNUC estabelecer os critérios e as normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação, cujos objetivos são:

- Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional, contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- Proteger paisagens naturais pouco alteradas de notável beleza cênica;
- Proteger as características relevantes de natureza: geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental. (SNUC, Lei nº 9. 985 de 18 de julho de 2000, Cap. II, Artigos 3º e 4º, incisos II, III, IV, V, VII e X).

Assim, as áreas protegidas são áreas de terra e/ou mar especialmente dedicadas à proteção e manutenção dos ecossistemas naturais, sua diversidade biológica, e de seus recursos naturais e culturais associados, manejadas por meio de instrumentos legais ou outros meios efetivos e têm como objetivo preservar a natureza e proporcionar a oportunidade para a pesquisa científica, a educação ambiental e o ecoturismo. Tal concepção também se aplica ao âmbito estadual e municipal.

O desenvolvimento do ecoturismo nas Unidades de Conservação

No atual contexto da globalização, o turismo surge como atividade que vem demonstrando grande crescimento nas últimas décadas no Brasil e tem-se mostrado como forte alternativa econômica para as regiões privilegiadas em áreas naturais, valorizadas por ricos patrimônios histórico-culturais, caracterizando o chamado turismo ecológico, ambiental, ou também, ecoturismo.

Por ecoturismo podemos entender que é uma viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem estar da população local (Western, 1993). Para este autor o ecoturismo precisa provocar e satisfazer o desejo de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial ecoturístico visando à conservação e o desenvolvimento, sem agredir o meio ambiente, assim, os objetivos do ecoturismo.

Para Lima (2003, p. 71), o interesse em desenvolver atividades ecoturísticas em áreas protegidas é recente. Só a partir das décadas de 60 e 70 marcará o início para a sensibilização da opinião pública dos países com os temas e as causas ambientais, assim como o despertar para novas

atitudes frente às áreas naturais.

É evidente que o ecoturismo é uma atividade em ascensão e geradora de divisas, mas que implica em impactos positivos e negativos nas áreas protegidas, em relação aos aspectos positivos do ecoturismo, onde podemos ressaltar: a criação de novas áreas; entidades e programas; o engajamento das comunidades locais no desenvolvimento do “orgulho étnico” e de ambientalistas na orientação e participação em programas de ecoturismo. Quanto aos aspectos negativos, podemos citar: acúmulo de lixo; contaminação de mananciais; poluição sonora; depredação do patrimônio natural e cultural; caça e pesca ilegais; descaracterização da paisagem e dos costumes, migração das pessoas, vista pela atração de agentes externos e pela evasão da população de localidade, todos estes sobressaindo em relação aos aspectos positivos (RUSCHMANN, 1993).

Contudo, vale-se ressaltar que tanto os benefícios do ecoturismo como os problemas dele decorrentes, dependem fundamentalmente do modo como é planejado, implantado e monitorado esta atividade nas Unidades de Conservação, buscando ao mesmo tempo, a conservação dos recursos naturais, histórico-culturais e a harmonização dos diversos interesses e necessidades dos atores sociais envolvidos nestas áreas protegidas, seguindo as diretrizes do desenvolvimento sustentável de forma que respeite os limites que a natureza impõe ao ambiente e conservando-o para as futuras gerações (CAVALCANTE, 2005, p. 18).

METODOLOGIA

Material e método

Para alcançarmos os objetivos desejados adotamos alguns procedimentos que foram de fundamental importância para o desenvolvimento e êxito da pesquisa proposta, são eles os seguintes:

Pesquisa e revisão bibliográfica e cartográfica;

- Reconhecimento de Campo: visita ao Parque Estadual da Pedra da Boca e seu entorno;
- Visita às comunidades existentes próxima do Parque e ao Conselho Participativo do Parque;
- Delimitação cartográfica e fotográfica das principais feições geológica-geomorfológicas da área;
- Levantamento fitogeográfico das espécies vegetais da área delimitada para a criação do parque;
- Identificação e observação dos principais componentes faunísticos no local;
- Coleta de dados sobre os aspectos físico-geográficos, turísticos e socioambientais do local;
- Levantamento e avaliação dos possíveis impactos ambientais adquiridos através do fluxo turísticos existente;

Pesquisa de Campo

- Aplicação de questionários, objetivando adquirir dados sobre o funcionamento do parque, seu fluxo turístico, infra-estruturas e instituições envolvidas, entre outras informações;
- Identificação e levantamento dos atrativos turísticos inseridos no Parque, tais como: feições naturais e culturais, trilhas, cavernas, pinturas rupestres entre outros;
- Levantamento e caracterização física da área.

Pesquisa de Gabinete

- Fichamento do material bibliográfico;
- Tabulação de dados;
- Análise dos resultados obtidos.
- Elaboração dos questionários;
- Digitação dos dados.

CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL DA ÁREA DE ESTUDO

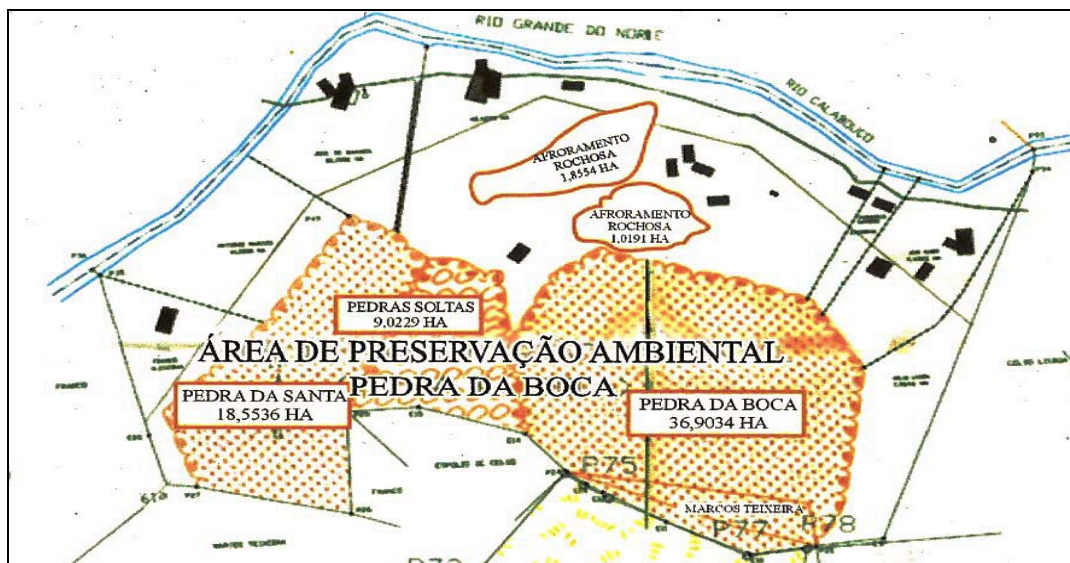
Delimitação da Área de Estudo

O município de Araruna situa-se em zona fisiográfica de caatinga, no Planalto da Borborema, na Mesorregião Geográfica do Agreste Paraibano. Está inserido na Microrregião do Curimataú Oriental, entre os paralelos de 6° e 7° de latitude Sul e entre os meridianos de 35° e 36° de longitude Oeste. Possui uma área de 306,2 km². Está distante 165 km de João Pessoa, capital do

Estado da Paraíba, 110 km de Campina Grande - PB e 120 km de Natal – RN.

Araruna limita-se ao Norte com o município de Passa e Fica no Estado do Rio Grande do Norte, ao Sul e Oeste com o município de Cacimba de Dentro – PB, a Leste com os municípios de Campo de Santana – PB e Riachão – PB (RODRIGUEZ, 2001, p.18).

O Parque Estadual da Pedra da Boca está localizado na porção Norte do município de Araruna, ocupa uma área de 157,3 hectares. Foi criado com a finalidade de proteger os atributos naturais e desenvolver o ecoturismo no complexo rochoso da Pedra da Boca, através do decreto governamental Nº 20.889 de 07 de fevereiro de 2000 (cf. Figura 1).



Fonte: Sebrae/PB, 2006.

Figura 1: Parque Estadual da Pedra da Boca - PEPB

O Ambiente Natural: Comportamentos Abióticos e Bióticos

Ambiente Geológico e Geomorfológico

As serras de Araruna e da Confusão correspondem a um *horst* que contrasta com o *graben* da depressão do Curimataú ou vale do Rio Curimataú. A depressão do Curimataú corresponde a uma fossa tectônica resultante de falhamentos, apresentando altitude média de 300 metros, com desníveis de 300 metros entre a baixada e os topos mais elevados das serras vizinhas. Segundo Carvalho (1982), muitos estudos que analisaram o relevo nordestino, salientam que os terrenos pré-cambrianos sofreram reativações epirogênicas entre o Paleozóico e o Terciário originando a tectônica de ruptura. Como resultados surgiram os *Grabens*, tipo o vale do Curimataú.

As serras de Araruna constituem na realidade uma chapada sedimentar, constituída por sedimentos antigos que recobrem o cristalino, pertencem à formação da Serra de Martins, que de acordo com sua origem estratigráfica, fazem parte da unidade inferior do Grupo Barreiras, datado do período terciário (RODRIGUEZ, 2001, p.8).

Na serra da Confusão, está localizado o complexo geológico da Pedra da Boca, formado por afloramentos de granitos porfirídico, com vestígios de gnasses e quartzitos, de faces arredondadas, superfícies desgastadas e em várias delas muitas e extensas caneluras, do cume

ao chão, que dão à idéia que um dia esteve em meio a muita água. Desta forma as agarras são em sua maioria formadas por pequenas rochas mais resistentes, encontradas no granito, que se desgastaram menos, parecendo saltar da superfície. Também é possível encontrar bicos de pedra e fissuras. Devido a sua altitude de 570 metros, a região pode ser considerada uma das ramificações mais elevadas do Planalto da Borborema, aparecendo na paisagem sob forma de escarpas amplas, superficiais, elevadas e aplainadas, além de maciços residuais representados pelas serras (TAVARES DE MELO & RODRIGUEZ, 2003, p.42).

Ambiente Pedológico

De acordo com Rodriguez (2001, p.07), os solos são rasos e pedregosos, classificados como latossolos, que se desenvolvem sobre o capeamento terciário da Serra de Martins, e podzólico, solos ferruginosos com horizonte A pouco espesso, que reflete uma maior umidade do local, coincidindo com vertentes, onde as chuvas orográficas contribuem para a formação das matas serranas e caatinga arbórea. Alguns fatores afetam negativamente a produtividade agrícola, destacam-se entre eles a erosão, a acidez, a declividade e a pedregosidade.

Ambiente Hidrográfico

A hidrografia do município não tem muita expressão, a região é banhada pela bacia hidrográfica do Curimataú, que é de fundamental importância para os municípios da região, nas proximidades da Pedra da Boca passa o Rio Calabouço, este é um dos principais afluentes do Curimataú, cuja importância é fundamental, não somente para Araruna, mas também para os outros municípios. Em decorrência da devastação da mata ciliar, o curso d'água desse rio tornou-se intermitente (Cavalcante, 2006, p. 356).

Ambiente Climático

O município de Araruna difere do quadro geral do Curimataú devido à altitude em que se encontra, possuindo umidade relativa do ar e o índice de pluviosidade superiores aos do clima dominante da microrregião. A região possui clima semi-árido, quente e seco, com estação chuvosa curta, (Bsh) segundo a classificação de Köppen. Com temperaturas que variam de 25°C a 27°C. Seu índice pluviométrico é de 800 a 900 mm/ano, podendo atingir 1.000 mm nos anos "bons" de chuvas.

Ambiente Fitogeográfico

De acordo com o IBGE (1996, p.117), a vegetação é de Savana Estépica nordestina - Caatinga, primitivamente arbustiva e arbórea, com pequenos resquícios de mata serrana - uma vegetação subcaducifólia, que vem sofrendo fortes ações antrópicas no tocante ao fornecimento de madeira e lenha para o uso humano e para a criação do gado e plantios agrícolas. O quadro 1 relaciona as principais espécies vegetais encontradas na área do Parque Estadual da Pedra da Boca (Araruna - PB).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A prática do ecoturismo e a Criação do Parque Estadual da Pedra da Boca

É no Parque Estadual da Pedra da Boca, localizado no município de Araruna que encontram-se os atrativos que propiciam o desenvolvimento do ecoturismo e do turismo de aventura no Estado Paraíba. Atualmente, no local, está sendo desenvolvido o ecoturismo, o turismo de aventura, arqueológico e o turismo religioso.

Paisagem do Parque Estadual da Pedra da Boca

O Parque Estadual da Pedra da Boca possui um conjunto rochoso de composição granítica porfirídica, com vestígios de gnasses e quartzitos, que possuem fáceis arredondadas e extensas caneluras que vão do cume ao chão, está inserido nos contrafortes da Serra da Confusão. A denominação Pedra da Boca advém da existência de uma imensa formação rochosa de aproximadamente 336 metros de altura, a qual apresenta uma cavidade provocada pela erosão, cuja configuração lembra um sapo gigante prestes a abocanhar um colossal pirilampo.

Nas proximidades da Pedra da Boca localiza-se também outras feições geológicas, como a Pedra da Caveira, que recebeu este nome por ter um perfil semelhante ao de um crânio humano.

Quadro 1

Espécies vegetais encontradas no Parque Estadual da Pedra da Boca

NOME VULGAR	NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIA
Aroeira	<i>Astronium urundeuva</i>	Anacardiáceas
Gameleira	<i>Ficus spp.</i>	anacardiáceas
Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i>	Leguminosas
Juazeiro	<i>Ziziphus joazeiro</i>	Ramnáceas
Jucá	<i>Caesalpinia férrea</i>	Leguminosas
Jurema preta	<i>Mimosa nigra</i>	Leguminosas
Periquiteira	<i>Guazuma ulmifolia</i>	Sterculiáceas
Macambira	<i>Bromélia laciniosa</i>	Bromeliáceas
Mandacaru	<i>Cereus jamacaru</i>	Cactáceas
Mororó	<i>Bauhinia cheilanta</i>	Leguminosas
Pau d'arco (ipê)	<i>Tabebuia chrysostricha</i>	Bignomiáceas
Sisal	<i>Sisalana perrine</i>	Agaváceas
Umbuzeiro	<i>Spondias tuberosa</i>	Anacardiáceas
Xique xique	<i>Pilosocereus gounellei</i>	cactáceas
Pereiro	<i>Aspidosperma pyrifolium</i>	Apocináceas
Mulungu	<i>Erythrina velutina</i>	Leguminosas

Fonte: TAVARES de MELO, 2003 (Adaptado).

Outra formação rochosa muito visitada no parque é a Pedra da Santa, é point obrigatório de visita, neste lugar é realizado hoje o turismo religioso, onde todos os dias 13 de cada mês e principalmente no mês de maio, quando recebe fiéis para a tradicional missa ao ar livre, reunindo devotos e pagadores de promessas, além de visitantes de toda a região e de outros estados. Na gruta um antigo morador do lugar, o Sr. Celso Lisboa (político, 1909-1990), construiu no passado um altar para a imagem de Nossa Senhora de Fátima.

Com o objetivo de disponibilizar uma infra-estrutura de apoio e acomodação aos fiéis durante as atividades religiosas, estava sendo construído próximo a Pedra da Santa, o Santuário e Memorial da Pedra da Boca, obra que no momento encontra-se parada e tornou-se um dos maiores problemas de ordem ambiental, já que foi construído sem levar em consideração a dinâmica natural dos elementos bióticos e abióticos do lugar e os impactos ambientais que iria acarretar.

A citada Pedra da Santa, conhecida também como Pedra do Letreiro, preserva a maior concentração de pinturas rupestres tipo hieróglifos da "Tradição Nordeste", cujas pinturas são atribuídas aos antigos moradores do local, os índios Tarairius e os Paiacus, pertencentes a grande nação Cariri, conhecidos por Tapuias. Segundo pesquisadores teriam aproximadamente cinco mil anos, demonstrando a ampla dispersão que alcançou esta arte pré-histórica, na qual estão representadas com riquezas de detalhes a luta e a caça, simbolizando a cultura dos povos ameríndios que habitavam essa região (cf. Figura 2).

Potencialidades, fragilidades e situação atual das atividades ecoturísticas

As altas pedras da região, em especial as do parque atraem turistas do Estado da Paraíba e de outros Estados, inclusive de outros países, como de Portugal e da Holanda, que encantados com as belezas naturais, têm como lazer fazer roteiros bem originais e tradicionais, ou então praticar esportes radicais, através de várias modalidades, como o rapel. Segundo os Calangos da Serra (Empresa especializada em oferecer assessoria nos esportes de aventura aos turistas e visitantes), os pontos propícios à técnica do rapel na Pedra da Boca são: rapel na Aroeira - 55 metros, na Oratória - 50 metros, na Pedra da Caveira - 50 metros e na Boca - 80 metros; também existe a prática do alpinismo, escaladas, saltos da asa-delta, caminhada e pára-quedas.



Fonte: Márcio Balbino Cavalcante, 2006

Figura 2 - Pedra da Boca, principal atração do PEPB

Todo o Parque está inserido nos contrafortes da Serra da Confusão, assim conhecida pela existência de várias serras de rochas graníticas que escondem grutas e cavernas. Segundo Santos (2003, p.25), caverna é o nome genérico dado a toda cavidade natural, independente de sua morfologia, cuja abertura deve permitir, no mínimo, a entrada de um ser humano, e gruta é toda cavidade de desenvolvimento preferencialmente horizontal e superior a 20 metros. As cavernas e grutas da região são quase inexploradas, algumas possuem importantes sítios paleontológicos e arqueológicos, com muitas pinturas rupestres, outras dão abrigo a alguns animais da fauna do lugar como: gato do mato, raposas, tejus, alguns roedores, morcegos entre outros.

Infra-estrutura, estágio de conservação e práticas voltadas para a consciência ambiental

A criação do parque é de fundamental importância para a preservação e conscientização tanto dos turistas como da população local, para que o turismo possa ser desenvolvido de forma a não agredir a natureza, investindo na formação de guias preparados para orientar e monitorar o fluxo turístico, ajudando na conservação do lugar. O registro e a divulgação, bem como uma infraestrutura adequada são necessários para uma melhor apreciação de tamanha riqueza natural e cultural. Para isso acontecer foi necessário a desapropriação de 157,3 ha. de terras e a indenização de 90 famílias que moravam na área territorial do Parque.

Na realidade, ainda existe uma grande carência na infra-estrutura adequada para receber os turistas e visitantes, num plano de visitação que respeite o meio ambiente no Parque Estadual da Pedra da Boca, segundo Rogério dos Santos Ferreira (Gerente do Parque Estadual da Pedra da Boca, 33 anos), o Parque recebe cerca de 1.500 pessoas por ano, principalmente no verão, época de alta temporada.

A falta de integração efetiva da população local é notável, apenas alguns conseguiram se inserir nas atividades ecoturísticas. A ausência de conhecimento da importância da preservação do meio ambiente por parte de muitos moradores também se faz presente na nossa área de pesquisa.

Sabemos que para se combater as deficiências e gerar empregos e renda no setor de ecoturismo é preciso inserir a população local.

Outro ponto importante detectado no Parque no decorrer da pesquisa, foi a falta de placas de sinalização exigido por lei, número de fiscais e vigias insuficientes, ausência de materiais educativos e entre o grande número de turistas e visitantes, há alguns que não têm consciência de que no ecoturismo a educação ambiental é fundamental para o seu progresso e acabam causando os chamados impactos ambientais, como a poluição sonora, afetando os animais e as pessoas; deixando lixo por onde passam; sem falar das pessoas que querem deixar suas “marcas” no local para provarem a outras que estiveram ali, chegando a pichar as rochas, inclusive nas pinturas rupestres (Cavalcante, 2005, p. 32).

O Parque Estadual da Pedra da Boca é uma área de proteção ambiental, cujos objetivos que motivaram sua criação não foram plenamente concluídos. Área de grande beleza cênica, o Parque possui um grande potencial para o turismo e o ecoturismo. Em 2003, a SUDEMA criou o Plano de Gestão Participativo, que envolve desde a presença dos turistas da área, Instituições de Ensino e Pesquisa não-governamentais e governamentais até representantes das Prefeituras envolvidas no plano de turismo do local, que buscam participar e orientar a realização de estudos científicos, práticas educativas de preservação e manutenção da APA, a saber: UNIPÊ, Associação Comunitária de Água Fria, SEBRAE-PB, GABS, UEPB – Campus III – Centro de Humanidades, em especial, o nosso Curso de Geografia, as Prefeituras de Araruna - PB e de Passa e Fica - RN, esta última beneficiada por estar em posição estratégica e ser ponto de passagem dos turistas e visitantes a Pedra da Boca e vem assessorando em medidas de infraestrutura e apoio logístico. Embora tenha se trabalhado a possibilidade de um Plano de Gestão ou manejo participativo, ainda não foi executado sequer o primeiro objetivo do plano, estando a unidade sujeita aos mais intensos processos de degradação.

Sabemos que ações são primárias em decorrência da importância ambiental do Parque, contudo, demonstra avanços na mudança de atitude diante da realidade e pode servir de exemplos para o início das ações emergenciais que o Parque Estadual da Pedra da Boca precisa, para assim poder compatibilizar a atividade ecoturística e a preservação da natureza, ambas pautadas no desenvolvimento sustentável respeitando os limites que a natureza impõe na sua dinâmica natural.

CONCLUSÃO

Os dados obtidos permitiram observar que o parque conta com potenciais notáveis, de ordens naturais e culturais para o desenvolvimento turístico, entre eles, o ecoturismo, o turismo arqueológico e o religioso, visto como alternativa econômica para a região. Para a concretização destes, é de fundamental importância desenvolver medidas que busquem manter e conservar o complexo rochoso da Pedra da Boca, tais como:

- Investir na implantação de uma infra-estrutura adequada, para que a relação turistas e conservação do ambiente sejam desenvolvidas de forma harmoniosa;
- Investir na formação de guias preparados para orientar e monitorar o fluxo turístico, ajudando na preservação do lugar;
- Promover cursos e treinamentos voltados para a preservação e manutenção do meio ambiente local;
- Desenvolver campanhas educativas em Educação Ambiental e Legislação Ambiental, conscientizando os visitantes, moradores locais e turistas no que se refere ao uso e manutenção da natureza;
- Desenvolver programas que insiram a comunidade local nas atividades do parque.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Eduardo Antônio Ribas. **Parques e comunidades rurais são compatíveis? Estudo de caso no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Florianópolis: Melhoramentos, 1998.

ARRUDA, Luciene Vieira de. **Apostila: Relatório da Comissão Mundial de Áreas Protegidas**. Guarabira/PB: Departamento de Geo-história da UEPB – Universidade Estadual da Paraíba –

Campus III, 2002.

AULICINO, Madalena Pedroso. Algumas implicações da exploração turística dos recursos naturais. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo e ambiente: Reflexões e Propostas**. São Paulo: Hucitec, 1999.

CARVALHO, Maria Gelza R. F. de. **Estado da Paraíba: classificação geomorfológica**. João Pessoa: Editora Universitário-UFPB, 1982.

CAVALCANTE, Márcio Balbino. **Ecoturismo em Áreas Protegidas: um olhar sobre o Parque Estadual da Pedra da Boca**. Monografia de Conclusão de Curso em Geografia. (Orientador Professor Paulo José de Lima). Guarabira: CH/UEPB, 2005.

CAVALCANTE, Márcio Balbino. **Rio Calabouço: Conhecer para preservar**. In: LINS, Juarez Nogueira; BEZERRA, Rosilda Alves; CHAGAS, Waldeci Ferreira (Orgs). **Espaços Interculturais: linguagem, memória e diversidade discursiva**. Olinda: Livro Rápido, 2006.

DIEGUES, Antônio Carlos S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

IBGE. **Recursos naturais e meio Ambiente: uma visão do Brasil**. Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

LIMA, Maria Lúcia Costa. (Eco)turismo em Unidades de Conservação. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003.

MARIANO NETO, Belarmino. **Geografia: textos, contextos e pretextos para o planejamento ambiental**. Guarabira: Gráfica São Paulo, 2003.

RODRIGUEZ, Janete Lins. (Coord.). **Atlas Escolar da Paraíba: Espaço Geo-Histórico e Cultural**. 3. ed. João Pessoa: Grafiset, 2002.

SANTOS, Juvandi de Souza. **Manual do Espeleólogo**. Campina Grande: EDUEP, 2003.

SERRANO, Célia Maria de Toledo. **A Vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação**. In: _____ e BRUHNS, Heloísa T. (org.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. São Paulo: Papirus, 1997.

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei nº 9. 985 de 18 de julho de 2000. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em 10 jan. 2005.

SUDEMA. **Conselho Consultivo de Gestão Participativa em Unidades de Conservação**, 2004.

TAVARES DE MELO, Antonio Sérgio; RODRIGUEZ, Janete Lins. **Paraíba, desenvolvimento econômico e a questão ambiental**. João Pessoa: Grafiset, 2003.